



## INCLUSÃO ESCOLAR E DOCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA

Monserrat Alonso Alonso <sup>1</sup>  
Marlene Barbosa de Freitas Reis <sup>2</sup>

### RESUMO

No contexto educacional brasileiro a inclusão de pessoas com deficiência passou por diversas mudanças as quais ampliaram a reflexão e possibilitaram que pessoas com deficiência fossem inseridas na escola regular. E, isso ocasionou uma necessidade de transformação no entendimento dos professores acerca do processo de ensino e aprendizagem desses alunos que foram acolhidos pela escola. Desde então, tem sido fundamental a busca por uma formação docente ancorada nos princípios da educação inclusiva. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender a escola inclusiva e refletir sobre a importância de uma formação docente que contribua para a construção e desenvolvimento de uma educação que respeite a diversidade. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental a partir de uma breve retomada do histórico da educação especial no Brasil e as perspectivas para a concretização da mesma por meio formação de professores. Como referencial teórico foram utilizados autores como: Coêlho (2006); Denari (2006); Freire (1993); Libâneo (2015); Mantoan (2006); Reis (2013); Souza (2020); Vygotski (1984); e, ainda, documentos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996); Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015). O estudo apresentou relevância para a efetivação da inclusão escolar fundamentada numa perspectiva de educação para “todos” e não para “alguns”, provocando uma reflexão e a ressignificação do fazer docente.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Educação Especial, Formação Docente.

### INTRODUÇÃO

Em se tratando da educação inclusiva, é fundamental pensar sobre direitos igualitários e compreender que é impossível discutir inclusão escolar sem refletir sobre nossa sociedade, cultura, educação, cidadania, subjetividade, pois são questões que se inter-relacionam.

Na concepção de educação inclusiva estão presentes as diferenças individuais como também a crença de que cada pessoa se constrói pessoalmente. Esse entendimento sustenta-se nos pressupostos teóricos do sócio construtivismo de Vygotski (1984) quando o autor defende que:

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação Scripto Sensu Interdisciplinar em Educação Linguagens e Tecnologias - PPG-IELT, da Universidade Estadual de Goiás-UEG, Anápolis-GO. [monserratmestranda@gmail.com](mailto:monserratmestranda@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutora em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto, Portugal. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Docente permanente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação Linguagens e Tecnologias - PPG-IELT, da Universidade Estadual de Goiás-UEG, Anápolis-GO. [cmarlenebfreis@hotmail.com](mailto:cmarlenebfreis@hotmail.com)





A criança com alguma deficiência não é menos desenvolvida que a considerada “normal”, mas que se desenvolve de forma diferente. Este indivíduo contribuirá socialmente como os demais, diferenciando-se apenas quanto ao seu ritmo, e os caminhos percorridos na realização de suas funções psíquicas superiores (VYGOTSKI, 1984, p.16).

Essa teoria parte da concepção de que todo organismo é ativo e estabelece interação entre as condições sociais e históricas que dependem das experiências vividas pelo indivíduo. Sendo assim, a teoria de Vygotski (1984) leva em consideração a realidade de homem significando suas experiências. Em consonância com esse autor, Freire (1993, p. 30) esclarece que o conhecimento cotidiano colabora com a busca de novos conhecimentos nos quais os saberes são “[...] socialmente construídos na prática comunitária”.

A fim de refletir sobre a ideia de uma escola que seja para todos, Freire (1993), estabelece a relação entre o homem e a sociedade, enfatizando a necessidade de compromisso e participação de todos, bem como da presença orientada do professor. E, quando nos referirmos a esse compromisso da escola de formação na qual se estabeleça a relação entre homem e sociedade, é preciso enfatizar que falamos de uma sociedade plural, com pessoas que carregam diferenças, uma sociedade que é construída na diversidade de corpos, de saberes e de conhecimentos.

Para Reis (2013, p.117 – grifos da autora), “a diversidade, não se refere apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas sim, a todos que também possuem alguma dificuldade de aprender. Essa concepção consolida a proposta de uma educação para “TODOS”, e não para “ALGUNS””.

Assim sendo, ao professor cabe impulsionar esse processo, tendo em vista que ele é essencial para o bom desempenho do seu aluno. E, para tanto, a busca constante por um processo formativo que contemple as mudanças educacionais e sociais são necessárias.

Diante deste contexto, a escolha desse tema sugere um olhar sensível em reunir neste texto dados que possibilitem refinar os conhecimentos sobre a educação especial inclusiva e as perspectivas para concretização da mesma por meio da formação do professor diante das demandas inclusivas.

## **METODOLOGIA**

Realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de compreender a escola inclusiva e refletir sobre a importância de uma formação docente que contribua para o



desenvolvimento de uma educação que respeite a diversidade. Para tanto, apresentamos uma breve retomada do histórico da educação especial no Brasil e as perspectivas para a concretização da mesma por meio formação de professores. Utilizamos como referencial teórico autores como: Coêlho (2006); Denari (2006); Freire (1993); Libâneo (2015); Mantoan (2006); Reis(2013); Saviani (1995); Vygotski (1984), dentre outras leituras que discutem o tema em questão e fundamentam o estudo. Analisamos também documentos que têm sido fundamentais na implementação da educação inclusiva, como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996); Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação inclusiva, embora citada muito antes da década de 1980, surgiu como uma nova proposta na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990. Essa perspectiva de educação que foi discutida no evento previa o aumento de vagas nos sistemas de ensino e a inclusão das minorias excluídas no meio educacional.

Já em 1994 aconteceu em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial da Educação Especial que marcou o início da educação inclusiva por meio de um documento que ficou conhecido como Declaração de Salamanca. O Brasil foi um dos países que se propôs a iniciar as discussões para o estabelecimento de políticas públicas que atendessem aos princípios desse documento. Além das características democráticas, a declaração preconiza que a inclusão deve ser pluralista, garantir a permanência do aluno, respeitar a sua identidade social, promover as adaptações necessárias que atender às necessidades de aprendizagem de cada indivíduo (BRASIL, 1994).

O direito à educação é assegurado a todos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96). E, é importante ressaltar que esses dois documentos, por serem parte do processo de redemocratização do país, apresentam em seu cerne as concepções advindas dos Direitos Humanos e, no caso da LDB, das conferências mundiais de educação para todos e também da concepção de educação inclusiva preconizada pela Declaração de Salamanca.

Diante desse novo contexto educacional pensado no período de redemocratização do país, surgiu a necessidade de uma formação docente que consiga incorporar as demandas advindas da inclusão escolar. Frequentemente, a falta e conhecimento por parte dos professores



e a falta de treinamento é um dos principais desafios à inclusão. Nesse sentido, consideramos nesse estudo a importância da formação continuada para a educação inclusiva.

Conforme os documentos estudados, a formação dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de educação superior, segundo consta no art. 62 da LDB/96. Esse documento estabelece que a finalidade de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário (BRASIL, 1996).

Diante da valorização da educação escolar, a formação de professores deve beneficiar diferentes formas de estudo e conteúdo de acordo com a realidade social e econômica da região e do país. Proporcionar ao futuro professor uma formação que lhe garanta um estudo teórico de qualidade e a capacidade de reflexão crítica sobre os processos políticos e educacionais é a função principal dos cursos que formam professores.

Coêlho (2006, p. 50) enfatiza que, mais do que formar docentes dentro das instituições que oferecem cursos de graduação, é preciso também que estes profissionais saibam que “a cada momento estudem, busquem o saber e, no exercício de qualquer atividade ou função e nos vários contextos e momentos de sua existência, possam superar a mera competência técnica especializada”. Isso porque, para o autor, a sala de aula parece ser pouco relevante quando se trata de ensino de graduação.

Assim, neste estudo vislumbramos a importância do professor que está efetivamente com o aluno público-alvo da educação inclusiva. A falta de conhecimento para trabalhar com a inclusão faz com que haja barreiras no processo de ensino e aprendizagem. E, desse modo, consideramos a necessidade de refletir sobre o processo de formação desses docentes entendendo que esse é o caminho possível para diminuir as dificuldades de se efetivar a inclusão, construindo uma educação mais humanizada. Para Denari (2006, p. 59) “a proposta de uma escola inclusiva supõe uma verdadeira revolução nos sistemas tradicionais de formação docente, geral ou especial”.

Diante dessa demanda, quando consideramos a prática do professor, pensamos também na instituição escolar, na ideia de que a escola é um lugar de formação cultural e científica dos alunos. Para isto, é necessária uma articulação com a diversidade social e cultural

[...] por um processo ensino-aprendizagem centrado na formação de processos psíquicos visando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos estudantes, e é nessa condição que se transforma em instância de democratização e promoção da inclusão social (LIBÂNEO, 2015, p. 645).





Desse modo, refletir sobre a formação de professores é importante, pois esses profissionais trabalham com alunos que apresentam características muito diversas e, nesse âmbito, o aluno com deficiência precisa de um olhar diferenciado. Daí a importância de refletir como a formação de professores contribuiu, ou não, para que esse profissional atuasse na educação que contempla a inclusão.

Segundo Mantoan (2006, p. 54), ensinar na perspectiva inclusiva diz respeito a “ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”. Sendo assim, é essencial uma formação tanto inicial quanto continuada que possibilite ao profissional ressignificar sua prática pedagógica e abandonar velhos paradigmas de educação.

No âmbito dessa proposta educacional que contempla a diversidade, o professor deve ter em mente que sua atuação não deve ser pautada em oferecer as tarefas prontas e absolutamente adaptadas aos discentes, e sim, mediar e oferecer instrumentos concretos e oportunidades de aprendizagens a todos os alunos por meio de resolução de problemas desafiadores.

Para que isso seja possível, é preciso pensar na educação especial e inclusiva, na atuação do professor diante das pessoas com deficiência; nas dificuldades e possibilidades docentes para lidar com o público alvo da educação especial. De acordo com Reis (2013, p.120), “o conceito de deficiência evolui de acordo com as características históricas e sociais da sociedade e que sua limitação ocorre, sobretudo, pelas barreiras de atitudes e preconceitos ainda em nós enraizados”.

A Lei Brasileira de Inclusão/LBI, de 06 de julho de 2015 define em seu artigo 2º, deficiência como produto de barreiras existentes na sociedade:

Pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 2).

Consequentemente, é preciso reconhecer que os professores são essenciais no processo de ensino e aprendizagem do educando com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). De acordo com Souza (2020, p. 56), “a deficiência deve ser percebida como resultado da interação de mecanismos orgânicos, interpessoais e ambientais, ou seja, abordagens psicológicas e sociais, além de fisiológicas”.

Muitos obstáculos foram superados desde que a educação inclusiva virou lei; todavia, muitas outras barreiras ainda precisam ser enfrentadas. Daí a importância de entender o papel







do professor no sentido de romper com a cultura da discriminação, da segregação e marginalização, ainda referentes à inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino, aceitando cada indivíduo na sua singularidade e nas suas diferenças.

Cabe, pois, aos educadores, sob as concepções de Paulo Freire (2002), atrelar aos seu trabalho o respeito, a empatia, a promoção da equidade, bem como repudiar preconceitos, vivenciando uma educação para além das possíveis limitações dos alunos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por meio desse breve estudo notamos que o desenvolvimento de políticas públicas de caráter inclusivo foi fundamental para se estabelecer uma educação na perspectiva da educação inclusiva. Vimos que no processo de redemocratização do país diversos documentos contribuíram para que isso fosse possível.

Em nossas reflexões, observamos que o processo de inclusão deve ser entendido e compartilhado por todos os profissionais envolvidos com a educação que devem assumir seu papel nessa construção. Nesse sentido, é fundamental investir na formação continuada para que o docente tenha subsídios necessários para minimizar os vários desafios na realização de um trabalho mais eficaz, que englobe a diversidade presente nos ambientes educacionais.

Portanto, é necessário apostar na formação dos educadores incentivando debates acerca das diferenças e empenhando no desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem a inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou contribuir para um melhor conhecimento de como ocorreu a inclusão no contexto brasileiro e quais os pontos a serem melhorados. Apresentamos, ainda, reflexões sobre a importância da formação docente para garantir o respeito às diferenças e às diversidades e subsidiá-los a conseguir lidar com a interculturalidade e valores humanos presentes em todo e qualquer ambiente escolar.

Desse modo, salta aos olhos a necessidade de que os professores possam ser melhor preparados para responder às diferenças e possibilitar através de sua atividade docente estratégias a serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem que aprimorem o desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial. Consideramos que estudos desta natureza contribuem também para ampliar o conceito de inclusão e as possibilidades a





serem superadas, quanto aos vários desafios que permeiam a prática docente quando se fala em inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – LDB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acessado 10 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acessado em 10 out. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. MEC. Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 30 de setembro de 2021.

CLANDININ, D.J.; CONNELLY, F.M. **Pesquisa narrativa: experiências e histórias na pesquisa qualitativa.** Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU (trad.) 2ª ed. – Uberlândia: EDUFU, 2015.

COÊLHO, Ildeu M. Universidade e formação de professores. In: **Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade.** /Valter Soares Guimarães (org.). Campinas – SP: Papyrus, 2006. p. 43-63.

CUNHA, Maria Isabel da. As narrativas como explicitadoras e como produtoras do conhecimento. In: **O professor Universitário na transição de paradigmas.** – 1ª ed. – Araraquara: JM Editora, 1998. p. 37-43.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano. In: **Educação & Realidade**, v. 40, n. 2, p. 629-650, abr./jun. 2015 – Porto Alegre. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GB5XHxPcm79MNV5vvLqcwfm/abstract/?lang=pt> Acessado em 12 out. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.





MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 14-30.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível.** 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Carla Salomé Margarida de. **A educação especial no ensino superior: o atendimento educacional especializado na Universidade Estadual de Goiás.** Curitiba: CRV, 2020.

VYGOTSKI, L. S. **A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984

